



# Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT .....	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Osmário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovidio José Constantino - Ernani Pudell - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 44.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Alceu Swarowski, João Preis e José Arthur Ritti (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 041/94

Curitiba, 10 de maio de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 829.572.000,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender as despesas com transferências a municípios e a instituições privadas.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 829.572.000,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL 01		I
I DA DESPESA		ANEXO		CRS 1.000,00		I
-----						
I	I	I		I		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IN DO		I
I	I	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI	I
		IDESPESA	IRI	ICOP		I
-----						
I 1100	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I	I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I	I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
I 1101	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I	I
I 2535	IGERENCIAMENTO DA POLITICA DE	I	I I I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR, CIENCIA E	I	I I I		I	I
I	ITECNOLOGIA	I	4130.00I00ILI	829.572	I0242I	I
-----						
T O T A L I				829.572 I		I

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido

nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I CANCELAMENTO I DA DESPESA ANEXO			I I FL. 01 CRS 1.000,00		
I I ICODIGO I ESPECIFICACAO			I I INATUREZAI ILI I DA IFTIDI VALOR IN DOI IDESPESA I IRI IPROCI ICOP I		
I 4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO		I	I I I	I I
I	I AMBIENTE		I	I I I	I I
I	I		I	I I I	I I
I 4502	IGABINETE DO SECRETARIO -		I	I I I	I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS		I	I I I	I I
I 2657	I PROGRAMACAO A CARGO DO IAP		I 4311.01	I 09 I I I	37.982 I 0242 I
I	I		I 4311.01	I 09 I R I	791.590 I 0242 I
T O T A L I			829.572 I		

I CANCELAMENTO I DA DESPESA ANEXO			I I I FL. 02 CRS 1.000,00		
I I ICODIGO I ESPECIFICACAO			I I INATUREZAI ILI I DA IFTIDI VALOR IN DOI IDESPESA I IRI IPROCI ICOP I		
I 4600	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO		I	I I I	I I
I	I AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS		I	I I I	I I
I	I		I	I I I	I I
I 4696	I INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -		I	I I I	I I
I	I IAP		I	I I I	I I
I 2465	I ADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS		I	I I I	I I
I	I DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS		I	I I I	I I
I	I HIDRICOS, CARTOGRAFIA E		I	I I I	I I
I	I FUNDIARIA		I 4130.00	I 09 I I I	37.982 I 0242 I
I	I		I 4130.00	I 09 I R I	791.590 I 0242 I
T O T A L I			829.572 I		

I SUPLEMENTACAO I DA RECEITA ANEXO IV		FL. 03 CRS 1.000,00	
I CODIGO I ESPECIFICACAO		I FT I VALOR	
I DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO			
I CENTRALIZADO			
I 1113.02.00 Imposto sobre Operacoes relativas a Cir-			
I culacao de Mercadorias e sobre Prestacao			
I de Servicos de Transporte Interestadual			
I e Intermunicipal e de Comunicacao		00	829.572

CANCELAMENTO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 03 CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO		FT	VALOR
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO				
1721.02.00	Titulos da Divida Agraria		09	829.572

CANCELAMENTO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 04	
		ANEXO	CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI
ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE				
IENTIDADES VINCULADAS				
IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP				
12412.09.00	TRANSFERENCIAS DE TITULOS DA DIVIDA	09	829.572	10242
IAGRARIA				
		TOTAL	829.572	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 042/94  
Curitiba, 10.05.94.

Senhor Presidente.  
Dando cumprimento ao disposto nos artigos 30 e 31 da Lei Estadual nº 10.394, de 15 de julho de 1993 e no artigo 8º da Lei Estadual nº 10.699 de 29 de dezembro de 1993, comunico que procedemos a terceira correção dos Orçamento Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido para a terceira correção foi de 40%, em função do disposto no parágrafo 2º do artigo 31 da Lei Estadual nº 10.394 de 15 de julho de 1993.

O Orçamento Geral do Estado passou a ter a composição apresentada a seguir, observando que foram estabelecidas as regras estatísticas de arredondamentos.

Em CR\$ 1.000	
.ORÇAMENTO FISCAL.....	2.556.721.261
.ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA(exclusi-ve as transferên-	

cias do Tesouro).....	979.348.172
.ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (exclusive as transferências do Tesouro).....	444.766.070
TOTAL GERAL.....	3.980.835.503

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o nº 0687/94, do Senhor JOÃO CARLOS CASCAES, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, comunicando Aviso de Convocação para realização de audiência pública que será concedida a todos os interessados na Concorrência Internacional C-101 - Obras Cíveis da Usina

Hidrelétrica de Salto Caxias, em atendimento ao art. 39 da Lei nº 8.666. Ao conhecimento da Casa.

## Indicações:

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Como Líder da Bancada do Partido Progressista, venho através do presente, indicar, para compor as Comissões Permanentes deste Poder Legislativo, os seguintes membros:

## 01. COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: Deputado ANTÔNIO COSTENARO

Suplente: Deputado DUÍLIO GENARI

## 02. COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: Deputado DUÍLIO GENARI

Suplente: Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI

## 03. COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular: Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI

Suplente: Deputado EDSON SILVA LINO

## 04. COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Titular: Deputado EDSON SILVA LINO

Suplente: Deputado ANTÔNIO COSTENARO

## 05. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular: Deputado JOÃO PREIS

Suplente: Deputado NILTON BARBOSA

## 06. COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular: Deputado NILTON CESAR SERVO

Suplente: Deputado

## 07. COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Deputado NILTON CESAR SERVO

Suplente: Deputado JOSÉ ARTHUR RITTI

## 08. COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular: Deputado EDSON SILVA LINO

Suplente: Deputado JÚLIO BIFON

## 09. COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular: Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI

Titular: Deputado NEIVO BERALDIN

Suplente: Deputado JOÃO PREIS

## 10. COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular: Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI

## 11. COMISSÃO DE TURISMO

Titular: Deputado JOSÉ ARTHUR RITTI

## 12. COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular: Deputado NILTON BARBOSA

Suplente: Deputado EDSON SILVA LINO

## 13. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular: Deputado JOÃO PREIS

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do P.P.

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente INDICA membros para compor a Comissão Especial que tratará de assuntos referentes ao Juizado de Pequenas Causas Criminais, compostas dos seguintes Parlamentares:

Deputado JOSÉ TAVARES (Presidente)

Deputado ERNANI PUDELL

Deputado TOTI COLAÇO

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Vice-Líder do PMDB

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos através do presente, conforme determinação de Vossa Excelência, INDICAR o nome do Deputado NELSON GARCIA para ocupar as vagas de Suplentes existentes nas Comissões de Orçamento e de Redação, que têm como Titulares os Deputados PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO e BASÍLIO ZANUSSO, respectivamente.

Sendo o que havia para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) NELSON GARCIA

Líder do PFL

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico, como representante da Bancada do PTB, os Deputados abaixo e respectivas Comissões Permanentes.

C.C.J.	Nelson Justus
C. Finanças	Luiz A. Setti (Supl.)
C. Agricultura	Lourenço Fregonese (Supl.)
C. Obras Públ.	Ademar Traiano (Titular)
	Mário Bezerra (Supl.)
C. Terras	Mário Bezerra (Titular)
	Ademar Traiano (Supl.)
C. Saúde	Lourenço Fregonese (Supl.)
C. de Redação	Luiz A. Setti (Titular)
C. Turismo	Ademar Traiano (Supl.)
C. Ecologia	Luiz A. Setti (Titular)

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

## REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-

nário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 154/94, Mens. nº 040/94, de autoria do Poder Executivo, que altera o parágrafo único do Art. 5º da Lei nº 1.066, de 17.07.92.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 169/94, Mens. nº 041/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar a Secretaria da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fulcro no artigo 182 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja considerado em regime de urgência à Proposição nº 32/91, referente à Emenda Constitucional revogada do § 5º do artigo 85 da Constituição Estadual do Paraná.

Requer, outrossim, sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária de amanhã, dia 18 de maio, em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Eros Gradowski, ocorrido em 13 de maio/94, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da

Casa, seja dada ciência à família enlutada, assim como ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná está de luto. Faleceu um dos mais importantes magistrados do Estado e uma das maiores culturas jurídicas do Brasil. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Eros Gradowski deixa lacuna que jamais será preenchida na vida pública do Estado. Desembargador desde 1979, Gradowski tinha 67 anos e veio a falecer de madrugada, em função de problemas cardíacos.

Natural de Curitiba, o Desembargador Gradowski foi uma das mais fulgurantes inteligências do Paraná contemporâneo, culto como humanista, erudito como magistrado. Como juiz era austero e justo.

Assim era o grande amigo, cuja perda, insubstituível, hoje choramos. Foi professor deste Deputado no Colégio Estadual do Paraná, bem como na Faculdade de Direito de Curitiba.

Eros Gradowski, ainda no último dia 28 de abril, esteve presente como vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, representando o Judiciário, no Salão Nobre deste Poder, quando do lançamento do livro "MANOEL RIBAS, O MITO QUE FICOU", ocasião em que proferiu belíssimo discurso abordando com bastante brilho o nosso tradicional Colégio Estadual do Paraná, onde foi professor e diretor, traduziu inclusive, com expressivas palavras a recente restauração daquele educandário feito pelo governo paranaense.

O Desembargador Eros Gradowski, exerceu ainda, as funções de corregedor do Ministério Público e atuou como membro da Comissão elaboradora do Estatuto do Ministério Público e de seu Conselho Superior. Foi no dia 29 de junho de 1979 que tomou posse como o desembargador do quinto constitucional.

No Tribunal Regional Eleitoral, Gradowski exerceu em 1985, as funções de vice-Presidente e Corregedor, e em 1986 como Presidente. Participou da Comissão do Departamento Estadual de Estabelecimentos Penais no Governo Ney Braga. Como vice-Presidente do TJ, ficava responsabilizado pelos Juizados Especiais de Pequenas Causas em todo o Estado. O desembargador, pela necessidade de levar o juizado especial para mais perto do povo, determinou a descentralização dos serviços em algumas comarcas.

O passamento do Desembargador Eros Gradowski, que deixou viúva Dona Nordélia Castello Branco Gradowski e seis filhos,

deixou lacuna não apenas entre seus familiares, mas entre seu grande círculo de amigos e discípulos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Eros.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre ele, e o descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família Gradowski, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a Terra a sua graça. Guardará seu servo Eros sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gradowski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Floriano Patruni, ocorrido em União da Vitória, onde residia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Na Cidade de União da Vitória faleceu o Senhor Floriano Patruni, que era pai do Vereador Mário César Patruni.

"Seu Floriano", como o chamavam gozava de grande prestígio e estima entre seus inúmeros amigos, razão porque seu passa-

mento deixou enorme lacuna que jamais será preenchida.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Floriano.

O céu será grande e a paz sobre ele, e o descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor, que abalou a família Patruni, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Digníssimo Dr. h.c. Hermann Matias Görden, ocorrido em 03 de maio de 1994, na Cidade de Bonn/ Alemanha.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência à Professora Ivete Terezinha Mion Bodacwny, Representante Oficial no Paraná e Santa Catarina da Lateinamerika Zentrum - Deutsch-Brasilianische Gesellschaft E.V.; à Rua Bom Jesus, 266 - 14° andar, CEP 80035-000, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Professor Digníssimo Dr. h.c. Hermann Matias Görden foi Presidente das Organizações Lateinamerika Zentrum E.V. - Deutsch-Brasilianische Gesellschaft. V - Editor dos Cadernos Deutsch Brasilianische Helft. Sendo que o Estado do Paraná tem sido beneficiado com financiamento de projetos profissionalizantes.

#### REQUERIMENTO N° 1213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Desembargador Eros Gradowski - vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ocorrido em data de 13/05/94, nesta Capital.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja dado ciência à família enlutada, com minhas sinceras condolências, à Rua Gutemberg, 489 - CEP: 80360-720.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1201

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Mônica e Vicente Rosa, que completaram 48 anos de feliz união conjugal, renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 48 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos seus filhos, familiares e amigos do casal Mônica e Vicente Rosa na comemoração dos 48 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1202

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Sandra e Alcídio Pascoalim, que completaram 30 anos de feliz união conjugal, renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 30 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos seus filhos, familiares e amigos do casal Sandra e Alcídio Pascoalim na comemoração dos 30 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1203

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Angelo e Maria Casagrande Túlio, que completaram 53 anos de feliz união

Curitiba, terça, em 17.05.94

conjugal, renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 53 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos seus filhos, familiares e amigos do casal Angelo e Maria Casagrande Túlio na comemoração dos 53 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1220

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário da Casa, seja encaminhado ao Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, presidente brasileiro da ITAIPU Binacional, os cumprimentos deste Poder pela passagem do 20° aniversário de constituição da Empresa Binacional, da qual resultou um gigantesco complexo hidroelétrico, que embora a princípio tenha recebido a crítica daqueles que comumente tem esse vício, hoje graças a decisão acertada dos planejadores e governantes de então, viabiliza o crescimento industrial brasileiro.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1229

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Chefe do Serviço de Cirurgia Cardiovascular do Hospital Angelina Caron, médico-cirurgião Doutor Randas Vilela Batista, pioneiro na América Latina da técnica do autotransplante de coração.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Conselho Regional de Medicina, à Direção do Hospital Angelina Caron e à Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pioneiro na América Latina da técnica de autotransplante de coração, que tem alcançado significativos resultados em todos os pacientes já operados no Hospital Angelina Caron, o Dr. Randas Vilela Batista tem merecido reconhecimento em várias par-



tes do mundo.

Chefe do Serviço de Cirurgia Cardiovascular daquele estabelecimento de saúde, o Dr. Randas já realizou aproximadamente cinquenta cirurgias com o coração do paciente fora do corpo. Além de ver essas pessoas plenamente recuperadas, o cirurgião vem tendo a oportunidade de disseminar a técnica no meio cirúrgico, abrindo a possibilidade de que maior número de pacientes sejam beneficiados.

Por esse trabalho, o Dr. Randas tem merecido amplo reconhecimento no meio médico, inclusive, importantes premiações, como o primeiro lugar no 8º Congresso Sul-Brasileiro de Cardiologia.

Recentemente, ele foi o maior destaque no Simpósio Mundial de Cirurgia, realizado em Nova Iorque, apresentando seu trabalho entre os profissionais com maior experiência mundial.

Além disso, o Dr. Randas tem levado sua experiência a outros eventos similares na Europa e Estados Unidos da América do Norte, havendo sido convidado a escrever um dos capítulos de importante obra sobre cirurgia cardíaca.

A essas distinções queremos acrescentar a presente manifestação, em louvor à dedicação, competência, inteligência e espírito humanitário do Dr. Randas Vilela Batista na pesquisa e na atividade cirúrgica.

#### REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações pela inauguração da Casa das Américas, em Curitiba.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal Rafael Greca de Macedo; ao Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Antonio Caron, e à Diretora-Presidente da Cidade Industrial de Curitiba, Dr.ª Maria Eliza Ferraz Paciornik.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Criada para atender a comunidade empresarial local e americana em geral, as câmaras de comércio e indústria e as instituições públicas ligadas ao comércio exterior, a Casa das Américas é um centro de referência no âmbito das Américas, para toda a atividade ligada ao comércio, indústria e serviço com a perspectiva de um canal de informações e facilitador de negócios.

A Casa das Américas conta, para realizar seus objetivos, com um banco de dados

institucional, contendo toda a documentação referente a essa área de integração comercial, tais como, acordos, tratados, decisões e outros documentos e um banco de dados mercadológicos com cadastro de empresas regionais, fluxos de comércio bilateral, taxas aduaneiras e outras informações. Esse centro prestará assessoria às pequenas empresas, sob a forma de um guia para o pequeno exportador, desenvolvendo também atividades de fomento ligadas à educação, pesquisa e tecnologia.

Essa elogiável iniciativa da Prefeitura de Curitiba, através da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e da Cidade Industrial de Curitiba, vem somar-se às condições que já garantem à Capital paranaense e posição de Metrópole de integração entre os países que compõem o MERCOSUL.

Os resultados do funcionamento desse centro serão sentidos por todo o Estado do Paraná, garantindo-nos uma posição mais confortável na balança comercial do Mercado Comum.

Por esta razão é que requeremos o envio de cumprimentos ao Senhor Prefeito de Curitiba, ao Secretário de Indústria, Comércio e Turismo e à Diretora-Presidente da CIC.

#### REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao empresário e radioamador curitibano Atilano de Oms Sobrinho, pela conquista do título "Hall of Fame", de radioamador, conferido pela American Radio Relays League - ARRL, com patrocínio da CQ Magazine.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O PRÊMIO - Desde a sua instituição, em 1930, o Contest Hall of Fame premiou radioamadores em todo o mundo que se destacaram pela excelência e performance em competições. A premiação tem por objetivo estimular o desenvolvimento do radioamadorismo, a ética e a qualidade nas operações.

É considerado o prêmio "Nobel" do radioamadorismo e representa o reconhecimento maior aspirado por todos aqueles que praticam essa atividade.

O PREMIADO - Atilano de Oms Sobrinho é figura querida em nossa sociedade, empresário destacado e afeccionado pelo radioamadorismo, é grande incentivador dessa atividade. Unido a outros radioamadores paranaenses, esforçou-se para montar uma equipe que pudesse disputar os primeiros

lugares mundiais nas competições dessa natureza. O grupo conseguiu construir e adequar vários equipamentos importados, além de desenvolver intrincados sistemas de "software" para aperfeiçoar a participação nos certames.

Atilano dedicou parte do seu tempo para fundar vários grupos sul-americanos, fornecendo-lhes projetos para montagem de antenas e equipamentos.

Ao propor a presente homenagem, queremos fazer inserir nos Anais do Poder Legislativo mais esta faceta de Atilano Oms, já reconhecido por sua capacidade empresarial frente ao Grupo INEPAR. Não se pode deixar de acrescentar, contudo, referência especial à forma dedicada, séria e ética que norteia as atividades do homenageado, reconhecida mais uma vez, pela alta premiação concedida pela AARRL, o que é motivo de aplausos por parte deste Parlamento.

#### REQUERIMENTO N° 1192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. José Carlos Tibúrcio, DD. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a viabilização de implantação de uma nova microbacia, com área de aproximadamente 2.500 ha., denominada Vista Alegre, no Município de Ortigueira/PR.

Tal microbacia beneficiará aproximadamente 40 produtores da comunidade ortigueirense e é exatamente necessária para que os mesmos tenham o atendimento especializado da EMATER-PR.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 1193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Olivir Gabbardo, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de equipamentos de laboratório e acervo bibliográfico para o Colégio Estadual Santa Maria - Ensino de 1° e 2° Graus, de Ponta Grossa-PR.

O Colégio Santa Maria atende dois dos maiores Núcleos Habitacionais de Ponta Grossa, como: Santa Maria, Santa Marta e as Vilas: Santa Tereza, Jardim Santa Luzia e Maria Otília. Apesar de estar formando a 1ª turma do 2° grau, ainda não recebeu acervo bibliográfico e o material de laboratório, que são necessários para o reconhecimento do curso, prejudicando grande-

Curitiba, terça, em 17.05.94

mente os alunos dessa Instituição Educacional, que atende, em sua maioria, filhos de operários e outros assalariados de baixa renda.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à Direção do Colégio Santa Maria, no seguinte endereço: Rua Corruíra, s/n° - Núcleo Santa Maria - 84.046-240 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 1194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando sejam urgenciados as providências para a criação do Distrito Judiciário de "São Cristóvão", no Município de Salgado Filho, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Salgado Filho, criado em 29.11.63 e instalado em 14.12.64, com uma área de 286 Km² e uma população em torno de 15.000 habitantes, já tomou a iniciativa de criar o Distrito Administrativo de "São Cristóvão".

A criação do Distrito Judiciário de "São Cristóvão", depende agora do Poder Judiciário, através da alteração do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado, e é, atualmente, a maior aspiração da comunidade de Salgado Filho, o que justifica o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 1199

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que ocorre no bairro Estação, no Município de Araucária. O pedido está sendo feito pelos moradores daquele bairro, tendo em vista que todos os dias há falta de água, ocasionando inúmeros problemas para todos. Pedem que o pedido seja atendido pois a situação encontra-se crítica e os moradores já não sabem a quem recorrer.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1200

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo na Rua Mustafá Francisco Lemes, proximidades do n° 733 - bairro Barreirinha. O pedido está sendo feito pelos moradores daquela rua, os quais afirmam que há fornecimento de água somente no horário da meia noite até as nove e meia e durante o dia é cortada. Inúmeros problemas são causados a todas as pessoas que lá residem, dificultando sobremaneira a vida delas. Pedem urgência no atendimento da presente solicitação uma vez que não sabem mais o que fazer para que o problema seja sanado.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1204

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de concluir a instalação de uma torneira de água comunitária na Vila Zumbi dos Palmares, mais precisamente à Rua Dezessete, no Município de Colombo. O presente pedido está sendo feito pelos moradores do local tendo em vista que as obras foram iniciadas há um mês atrás e até agora a torneira não foi instalada. Pedem urgência no atendimento pois todos os moradores estão sendo prejudicados com a falta de água.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1205

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de reiterar o pedido feito por este Gabinete Parlamentar através do Requerimento LCM/AL/5641/94 de 28 de janeiro do corrente, quanto a instalação de um telefone público/comunitário, nas proximidades do n° 665 da Rua Humberto Zanato, localizada no bairro do Pinheirinho. O pedido está sendo feito pelos moradores das redondezas e afirmam que o local ideal seria em frente ao Mercado Fusca, onde o movimento é grande e muitas pessoas serão beneficiadas com a instalação do aparelho solicitado.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada ao Exmo. Sr. Prof° Murilo de Avelar Hingel, DD. Ministro de Estado da Educação e Desporto, correspondência oficial solicitando empenho no sentido de dar solução aos reclamos dos servidores pertencentes ao setor de educação do Terceiro Grau Público, que prestam serviços na Delegacia do Ministério da Educação e Desporto, hoje em estado de adesão à greve dos servidores públicos federais, posto que reivindicam, entre outras, melhorias salariais em decorrência e adoção política salarial justa e que lhes garanta isonomia.

A operosidade desses funcionários, a qual aliam agora coragem e pertinácia, merecem o apoio desta Casa e a solidariedade neste apelo.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Paulo Maia, Emilia Belinati e Lourenço Fregonese.

## REQUERIMENTO N° 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Rafael Greca de Macedo, MD. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que seja determinado urgentes providências para atender as reivindicações dos moradores dos conjuntos residenciais Diadema I, Diadema II e Jardim Eldorado, em Curitiba.

Com mais de cem assinaturas, num abaixo-assinado as famílias solicitam a pavimentação asfáltica do trecho em que circula o ônibus da linha Vila Marisa, nos três conjuntos, bem como colocação de 50 metros de tubulação de esgoto na Rua D, no Jardim Eldorado.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Sr. Valdecir Bráulio (Rua 04, número 04, Jd. Eldorado-Curitiba-PR).

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Os moradores dos conjuntos citados sofrem muito com o transporte coletivo, pois, durante a semana a linha conta com três coletivos, enquanto que no final de semana, sábados e domingos, o atendimento cai para um único ônibus, fazendo a ligação ao terminal da Fazendinha.

Quanto ao esgoto a céu aberto, isto ocorre na rua D com cerca de 50 metros li-

near de buraco, trazendo insegurança e risco de vida, principalmente as crianças que por ali transitam.

REQUERIMENTO N° 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, quanto à conclusão da abertura da Rua Três - Jardim Dom Bosco - Borda do Campo, localizada naquele município.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que faltam aproximadamente 5 metros para a conclusão da abertura da rua. Pedem que a presente solicitação seja atendida, uma vez que muitos moradores serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, quanto a intensificação de policiamento nas ruas do Jardim Dom Bosco - Borda do Campo, no Município de São José dos Pinhais.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, tendo em vista que eles são assaltados com freqüência durante o dia e à noite. Pedem que seu pedido seja atendido, devido ao perigo que todos estão propensos.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1219

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de executar reparos na calçada, meio-fio e anti-pó localizados em frente à residência de n° 244 da Avenida A - Conjunto Jardim Centauro, no Bairro do Uberaba.

A moradora desta residência afirma que a SANEPAR realizou a instalação de rede de esgoto, arrebatando calçada e anti-pó, porém não refez o que quebrou.

Pede-se que o problema seja resolvido o mais breve possível devido aos sérios transtornos que estão sendo causados a to-

dos que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Mário Pereira, Governador do Estado do Paraná, visando a urgente ampliação, a nível de campo, da estrutura de defesa sanitária animal, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Tal medida tem por finalidade a prestação de um melhor atendimento ao produtor, evitando a proliferação de doenças como a febre aftosa, entre outras.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná possui 370 (trezentos e setenta) municípios. Deste total, apenas 94 (noventa e quatro) municípios possuem instaladas nos limites dos seus territórios as chamadas UNIDADES VETERINÁRIAS/SEAB/PR. Estas Unidades Veterinárias são incompletas, não tendo condições de sequer prestar um atendimento satisfatório aos nossos produtores de animais. Falta tudo, desde veterinário até veículos, passando pelos materiais para desinfecção.

Para se ter uma idéia da gravidade da situação, no ano passado foi necessário fazer um "teste seletivo de emergência" para a contratação de veterinários que pudessem atuar no combate a febre aftosa, que entrou no Paraná, e de forma muito rápida contaminou nossos animais, atingindo a região Sudoeste do Estado, e adentrando os vizinhos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Vale destacar que a contratação dos referidos profissionais ocorreu através de contratos temporários (1 ano), e devido à pressão política exercida por empresários que chegaram a doar veículos ao Governo do Estado para que os veterinários pudessem deslocar-se até os focos de contaminação.

A vigilância sanitária está completamente desestruturada no Estado do Paraná. Enquanto Santa Catarina e o Mato Grosso do Sul possuem um veterinário em cada município, o Paraná possui um veterinário para atuar em grandes regiões. Esta situação inviabiliza por completo o trabalho de prevenção contra a febre aftosa, entre outras doenças, tendo em vista que o vírus se propaga pelo ar por aproximadamente 6 (seis) meses e a movimentação dos animais difunde a doença. Como identificar e eliminar os focos com a rapidez necessária sem que haja para isto veterinários, veículos e material adequado?

Vale destacar que a Argentina já fechou suas portas para os paranaenses, temendo a contaminação de seus animais. Por outro lado, embora atualmente Santa Catarina tenha uma estrutura invejável, a Comunidade Européia ainda não autorizou a importação de sua produção, suspensa desde 1989. Ao contrário, recentemente Goiás também foi punido, e se providências urgentes não forem tomadas, o Paraná estará constantemente sob esta ameaça.

Por outro lado, estamos acompanhando atentamente o trabalho que está sendo elaborado pela Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária/Ministério da Agricultura. Em breve este órgão baixará uma série de medidas que dizem respeito ao necessário nivelamento de questões técnicas com outros Estados, e que dizem respeito a febre aftosa. Só então poderemos trabalhar simultaneamente com os outros Estados da Federação, na elaboração de uma legislação estadual que possua a requerida afinidade com o trabalho realizado por outras Assembleias, e com o rigor necessário para impedir a proliferação da febre aftosa. Enquanto isso não acontece, visando combater a constante ameaça que representa a febre aftosa, esperamos o apoio dos nobres Pares ao presente Requerimento, como a melhor forma de resguardarmos a economia do Estado e a saúde pública.

## REQUERIMENTO N° 1223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de mensagem ao Excelentíssimo Presidente da República Itamar Franco e ao Excelentíssimo Ministro da Educação Murilo Avelar Hingel, solicitando que abra negociações com os representantes dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público que ora se encontram em movimento reivindicatório.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

Os trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público estão em greve desde o dia 19 de abril, reivindicando reposição salarial, melhores condições de trabalho, adoção de uma política salarial que venha atender as expectativas financeiras, através de um plano de carreira, garantindo a isonomia salarial.

Nesse sentido é que solicitamos que o processo de negociação inicie o mais breve possível, para que os trabalhadores e a população não sejam mais prejudicados.

## REQUERIMENTO N° 1224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de mensagem ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Mário Pereira e ao Diretor do Centro Universitário de Cascavel, Sebastião Gazola, repudiando a atitude autoritária e discriminatória do atual Diretor do Centro Universitário de Cascavel, Sebastião Gazola, por demitir a menor E.M.S., vítima de assédio sexual por parte do ex-Diretor Paulo Roberto Nogueira.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

A demissão da estagiária é inadmissível, pois não existe uma argumentação convincente para que tal demissão se efetivasse. O ex-diretor, que deveria ser punido, houve apenas o afastamento do cargo, e não de seu emprego.

A demissão da jovem, mais do que receio de fofocas, como argumentou o atual diretor, é a prova de que em nossa sociedade machista, prevalece o poder masculino sobre a justiça e a igualdade de direitos.

Sugerimos ao atual diretor que reveja tal posição, evitando a dupla punição à jovem.

Não se pode punir alguém por estar no uso de seus direitos.

## REQUERIMENTO N° 1225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de mensagem ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Rafael Greca, solicitando que abra negociações com os representantes dos Servidores Municipais que ora se encontram em movimento reivindicatório.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

É sabido que nos últimos 5 (cinco) anos, os Servidores Públicos do Município de Curitiba sofreram um violento achatamento salarial, importando em perdas superiores a 400%. Em vários momentos os Sindicatos (SISMUC e SISMAL), representando os Servidores, procuraram negociar, mas a Administração tem sido irredutível. Por entender que democracia não é só discurso, mas principalmente na prática é que solicitamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito que negocie.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO N° 1206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja so-

licitado ao Tribunal de Contas do Estado, as seguintes informações:

1) Quais os municípios do Paraná que ao sofrerem o controle externo (art. 18, § 1º, da Constituição Estadual), tiveram os pareceres prévios da Corte de Contas contrários a aprovação, durante os exercícios de 89, 90, 91 e 92?

2) Se o Tribunal pode informar quais aqueles que tendo pareceres prévios contrários à sua aprovação não prevaleceram por decisão das Câmaras Municipais (art. 18, § 2º da Const. Estadual)?

3) Quais os municípios que ao terem suas -contas apreciadas, nelas foi constatada a existência de ilícitos penais?

4) Tendo havido essa constatação, quais as medidas tomadas pelo Tribunal de Contas?

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Lourenço Fregonese e Paulo Maia.

#### REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER manifestação do Plenário, para aprovação do seguinte Pedido de Informação à COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, assim enumerado:

1º) Qual o preço fixado na abertura da concorrência do consórcio vencedor para o Projeto de Salto Caxias?

2º) Qual o preço e condições de pagamento fixados em contrato com o Consórcio INTERTECHNE, vencedor da concorrência de Salto Caxias?

3º) Quanto já foi pago, pelos trabalhos executados pelo contrato com o Consórcio INTERTECHNE? Qual a percentagem que isto representa (em dólar) do contrato total?

4º) Em caso de ter havido acréscimo (em dólar) na execução do contrato, dar as justificativas desta diferença entre o preço do contrato e o realmente pago a contratada.

5º) É possível, depois da execução parcial do contrato, estimar o custo final (aproximadamente) desta obra relativamente e exclusivamente ao Projeto da Usina de Caxias?

6º) Esclarecer os custos quanto ao RIMA e os relativos ao Projeto da Usina de propriamente ditos.

7º) Estabelecer um comparativo dos salários pagos à empreiteira, por categoria profissional, em relação aos salários pagos aos funcionários da COPEL, durante a execução do contrato.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

#### JUSTIFICATIVA:

O ex-Presidente da COPEL, Engenheiro Francisco Gomide, em resposta ao ex-Governador Roberto Requião, em 13 de janeiro de 1994, cópia anexa, assim informou: "Mas ao contrário do que pensa o Governador - a proposta do vencedor da concorrência de Salto Caxias não é fechada em dólares, pois o dólar norteamericano ainda não é a moeda nacional. Assim, o preço de US\$ 13,0 milhões, mencionado na propaganda do Governador, já virou cerca de US\$ 17,0 milhões. E o contrato é o mesmo. E foi assinado há pouco mais de um ano".

Diante desta revelação, interessa a esta Casa e ao povo paranaense, saber a realidade do custo da Usina de Salto Caxias e isto só a COPEL pode informar, pois ela é quem vem pagando o contrato pela execução do projeto.

Justifica-se pois, plenamente, o pedido de informação.

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam regulamentados os serviços de atendimento social, médico e odontológico da ALEP, bem como o quadro de servidores destes setores.

Art. 2º - Para o funcionamento do serviço de saúde a ALEP deve manter uma equipe de profissionais de saúde, composta por 04 (quatro) médicos, 02 (duas) enfermeiras e 04 (quatro) técnicos de enfermagem, todos treinados em primeiros socorros, à disposição dos funcionários e dos Deputados.

§ 1º - O serviço de saúde permanecerá aberto por um período de 12 horas diárias, com a presença obrigatória de uma equipe.

§ 2º - Entende-se por equipe completa de profissionais a integrada por médicos, enfermeiras e técnicos em enfermagem.

Art. 3º - Os profissionais que atualmente atuam (médicos, enfermeiros, odontólogos, assistentes sociais, técnicos e auxiliares) nos serviços social e de saúde contratados através de concurso público ou que gozem do direito constitucional de estabilidade no emprego serão transferidos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo Único - Os profissionais que não se enquadrarem no disposto no "caput" do artigo serão dispensados.

Art. 4º - Para o atendimento social da população a ALEP constituirá um serviço específico e quando necessitar de atendimento à saúde será feito encaminhamento ao

SUS.

§ 1º - Este serviço específico atenderá a população por um período de 12 horas diária e será constituído por 04 (quatro) Assistentes Sociais e 02 (duas) auxiliares.

Art. 5º - O serviço médico deve estar estruturado para o atendimento de todo o tipo de emergência e terá como apoio uma ambulância.

Parágrafo Único - As demais ambulâncias de propriedade da ALEP serão entregues ao SUS, que terá autonomia para distribuí-las, após ouvir o Conselho Estadual de Saúde, para as regiões ou municípios de maior necessidade.

Art. 6º - O Serviço de Atendimento Social será estruturado de maneira a realizar triagem e encaminhamentos aos órgãos competentes do Estado para a devida solução dos problemas da área de assistência social.

§ 1º - O serviço referido no "caput" deste artigo, contará com dois veículos de transporte de passageiros.

§ 2º - O serviço de atendimento social contará com rubrica própria no orçamento da ALEP.

Art. 7º - Fica revogada a resolução nº 55/83 e demais disposições contrárias.

Art. 8º - A ALEP, através das lideranças partidárias, terá 30 (trinta) dias, contados a partir da aprovação desta resolução, para definir o regimento interno dos serviços social e médico.

§ 1º - O prazo de que trata o "caput" deste artigo é peremptório.

§ 2º - Não sendo definido o Regimento Interno dos serviços social e médico dentro de 30 (trinta) dias da aprovação da resolução, esta entrará em vigor na forma aqui estabelecida.

Sala das Sessões, em 17.05.94

(a) DOUTOR ROSINHA

Recentemente assistimos a morte de um deputado dentro de seu gabinete na ALEP. Por mais que os médicos que o atenderam fizessem e lutassem desesperadamente para manterem a vida do deputado, nada conseguiram. Aliás, conseguiram mostrar que o serviço médico tinha insuficiência: não foram encontradas com rapidez exigida, os medicamentos, as agulhas e outros materiais necessários.

Não cabe à ALEP fazer atendimento na área de saúde, mas cabe a ela legislar e lutar politicamente para que toda a população do Paraná tenha um atendimento adequado a sua saúde.

Hoje os deputados estaduais paranaen-

ses têm sob sua responsabilidade uma verba para fazerem assistência social. Tal dinheiro é do povo que paga seus impostos e é usado pelos deputados de uma maneira fisiológica. O deputado "privilegia" alguém com algum tipo de atendimento. E, este alguém muitas vezes desinformado e alienado politicamente de seus direitos, vendo neste ato solidariedade ou compaixão, passa o resto de sua vida e às vezes de algum familiar seu a votar sempre no referido deputado. Isto afronta toda a sociedade que financia o poder público afrontando também o direito de cidadania. É o verdadeiro dar esmola com o dinheiro alheio.

Também alguns deputados têm sobre sua responsabilidade uma ambulância que poderíamos aqui chamá-la de "táxi social", uma vez que serve somente para o transporte de passageiros deitados - muitas vezes sem necessidade - porque não têm dinheiro para pagarem um táxi ou um outro transporte. Novamente aqui se repete a situação anterior: com o dinheiro público "compra-se votos".

Frente a esta situação, visando a legalização e a moralidade dos trabalhos é que propomos a constituição de um serviço social e médico na ALEP.

1. O serviço médico emergencial, bem organizado, com todo material necessário responderá com capacidade e rapidez de primeiros socorros dentro da Assembléia.

2. A colocação dos demais profissionais para atenderem o SUS, reforçará e melhorará o atendimento da população de maneira honesta, sem onerar mais o contribuinte, e sem o atendimento "privilegiado" de ser conhecido ou amigo de um deputado;

3. O uso do SUS como local de atendimento da saúde tira da ALEP o encargo de estar exorbitando de suas funções, diminuirá as despesas deste Poder e reforçará politicamente a construção de um Sistema que garanta a saúde da população como direito e não como favor.

4. Há entendimento que a prestação de assistência social individual por parte de deputados é ilegal, mas se assim não for é no mínimo imoral, uma vez que é o uso de verba pública para o favorecimento - mesmo que de maneira indireta - pessoal;

5. A criação de um serviço de atendimento social, para todos, na Assembléia, atende os preceitos constitucionais dos direitos individuais e contribui para a consciência da cidadania.

6. É conhecido por todos os déficit de carros de transporte de pessoal ou de ambulância pelo SUS, e a transferência destas para o Sistema de Saúde só tem a contribuir para o coletivo da população paranaense, deixando de ser fonte de votos para alguém.



Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 171-94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As divisas intermunicipais legalmente estabelecidas, definidas por linhas imaginárias, elementos físicos de difícil reconhecimento ou sujeitos a modificações em curto período de tempo, deverão ser materializadas através de marcos de divisas.

Art. 2° - Os marcos de divisas intermunicipais são considerados obras públicas, protegidos pelas leis civis de proteção ao patrimônio público.

Parágrafo 1° - Os marcos de divisas intermunicipais de que trata este artigo serão construídos em concreto, em forma de tronco de pirâmide de base quadrada medindo 0,40 m de lado na base, 0,20 m de lado no topo e 1,50 m de altura.

Deverão conter uma plaqueta de identificação, na forma circular, com 0,10 m de diâmetro na qual constarão, obrigatoriamente, a sigla do órgão estadual responsável pela definição dos limites intermunicipais, o número de cadastro do marco, estabelecido por este mesmo órgão, as expressões "MARCO DE DIVISA MUNICIPAL" e "PROTEGIDO POR LEI", os nomes dos municípios envolvidos no limite e a data de implantação do marco.

Art. 3° - A implantação dos marcos de divisas intermunicipais será executada sob a orientação e supervisão do Poder Executivo Estadual, através de órgão técnico oficialmente designado, a quem caberá estabelecer os critérios técnicos para implantação dos mesmos e homologar esse ato, procedendo aos registros técnico e civil.

Parágrafo 1° - Não haverá desapropriação de áreas para implantação dos marcos de divisas, todavia, a implantação dos mesmos só poderá ser efetuada mediante a anuência, por escrito, do (s) proprietário(s) da(s) área(s) a serem ocupadas por aqueles marcos.

Parágrafo 2° - O registro civil de que trata este artigo será feito gratuitamente, nos cartórios de registro de imóveis dos municípios envolvidos no limite.

Art. 4° - A remoção de marcos de divisas intermunicipais, a qualquer título, só poderá ser efetuada mediante autorização por escrito, concedida pelo órgão técnico citado no Art. 3° desta lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Cada emancipação municipal e cada

criação de distrito tem sido tratada, ao longo do tempo, por leis exclusivas, gerando conflitos na estrutura da divisão político-administrativa do Estado.

Por outro lado, a ocorrência de acordos de limites entre Municípios contíguos, estabelecendo soluções momentâneas e localizadas e não permanentes de ordem legal, contribui decisivamente para a desestruturação dos limites intermunicipais de um grande número de Municípios. Pesquisas realizadas pelo IBGE indicaram inúmeros Municípios com conflitos nos seus limites dificultando até a definição de setores censitários para realização do último recenseamento e a necessidade de se revisar as áreas municipais.

Cabe ressaltar, ainda, que a Lei de Consolidação das Divisas Intermunicipais atenderá o que determinam os §§ 2° e 4°, do artigo 12, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que estabelece:

"Art. 12 .....

§ 2° - Os Estados e os Municípios deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, promover, mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de duas linhas divisórias atualmente litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensações de área que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas da comunidade e das populações limítrofes.

§ 4° .....

Se, decorrido o prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, os trabalhos demarcatórios não tiverem sido concluídos, caberá à União determinar os limites das áreas litigiosas."

PROJETO DE LEI N° 172-94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tapejara, no Estado do Paraná, as datas de terras n°s 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132, do Loteamento "Cidade São Vicente de Tapejara", do Município acima mencionado, de propriedade do Estado do Paraná, com área total de 3.430 m<sup>2</sup> (Três mil, quatrocentos e trinta metros quadrados), incluindo uma edificação em madeira medindo 904,00 m<sup>2</sup> (novecentos e quatro metros quadrados), conforme transcrição n° 17.456, do Livro 3-N, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Parágrafo Único - A área de que trata este artigo, será destinada a abrigar pequenas indústrias comunitárias que não possuam condições de instalações próprias.

Art. 2° - O imóvel objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inaliena-



bilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do referido Município devendo retornar ao patrimônio do Estado, se sua destinação perecer.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta refere-se à doação de área de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Tapejara, fundamentando-se nas aspirações locais, através da manifestação de suas lideranças políticas, juntamente com a administração municipal, no sentido de oferecer à referida comunidade, condições de trabalho em instalações adequadas e, conseqüentemente, auxiliando o desenvolvimento econômico da região.

Cabe esclarecer que a edificação, em madeira, existente na referida área, encontra-se em precárias condições de conservação, conforme comprovam as fotos em anexo, não obrigando qualquer atividade devido aos riscos que apresentam suas estruturas, estando, praticamente, com seu uso interditado.

Assim sendo, contamos com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, ao projeto de lei que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI Nº 173/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica vedada a alienação de habitações populares construídas pela administração pública, ou em convênio com esta, anteriormente ao término das respectivas obras que as conceberam.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará a alienação das habitações populares de que trata este artigo, sessenta dias após a promulgação da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

Os contratos que regem a alienação das habitações populares retro mencionadas, bem como a legislação pertinente, nada estabelecem quanto à época em que tais imóveis devem ser comercializados. Esta lacuna, permite a ação de especuladores do mercado imobiliário, que adquirindo tais imóveis anteriormente à sua construção, com uma série de subsídios fiscais, de revende-los posteriormente por um preço muito além daquele previsto inicialmente pela Administração Pública, desviando-se assim,

de sua real finalidade.

Deste modo, pedimos o apoio dos nobres pares, para que apoiem esta nossa proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 174/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica obrigada a implantação do sistema de medição individual de água, nos edifícios cujas obras de construção não tiveram sido iniciadas até a presente data.

§ 1º - Entende-se por sistemas de medição individual de água, aquele estabelecido individualmente em cada um dos apartamentos que formam o condomínio.

§ 2º - Consideram-se iniciadas, para efeito desta lei, aquelas obras às quais já foi concedido o competente alvará de construção.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) HEINZ HERWIG

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva cooperar para o uso racional de um recurso natural que se tende ser cada vez mais escasso e caro: a água. Dados de Organismos Internacionais afins, revelam que a cada dez anos o valor da água dobra de preço.

Assim, a medição individual de água em edifícios residenciais e comerciais, por levar em conta as peculiaridades de cada unidade habitacional, resulta numa grande economia para os condomínios. Tal economia obtida, advém do fato de que o morador passa a receber uma conta de água que corresponde ao seu gasto real, e não aquela amortecida pela divisão entre os condôminos. É certo outrossim, que a conta de água hoje, representa senão a primeira, a segunda maior despesa do condomínio, só superável pelo salário ou encargos de funcionários.

Por sua vez, um possível custo adicional da implantação de medidores individuais e canalização necessária, será certamente compensado com o uso racional da água pelos condôminos.

Deste modo, pedimos o apoio dos nobres pares, para que aprovem esta nossa proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 175/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná a Exma. Sra. Esther Essensfelder Cunha Mello, pelos relevantes serviços prestados ao

nosso Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Homens de espírito não morrem, permanecem através do seu legado, dos seus ensinamentos e da luz que irradiam ao longo de gerações. Um homem assim, foi certamente. Florian Essenfelder Senior, fundador da Fábrica de Planos Essenfelder, em 1890.

Sua neta, Esther Essenfelder Cunha Mello, é parte dessa luz que, há mais de 100 anos, irradia-se para todo o mundo, misturando-se à própria história da música.

Desde a sua fundação, Planos Essenfelder vem apoiando a música e os artistas brasileiros. Ao visitar-se a história do Brasil e do Paraná ouve-se, nitidamente, o dedilhar de notas sobre um piano. Esse piano tem nome: Essenfelder.

A Fábrica Essenfelder tem uma trajetória de desenvolvimento econômico e industrial baseada na força e no saber dos imigrantes europeus e na diligência dos trabalhadores brasileiros.

A atual presidente da Fábrica, Esther Essenfelder, faz parte dessa rica história. Nascida em 1º de março, filha de Frederico e Alvina Essenfelder, desde a adolescência, admirava as moças cultas que discutiam literatura. Possuía uma grande ansiedade de elevar seu nível cultural e intelectual. Mas, como todas as moças de sua época, foi preparada por sua mãe para uma vida discreta, dentro do lar tradicional.

Casou-se com o engenheiro inglês Henrique Cunha Mello, em 1939, com quem teve duas filhas: Liane e Estherzinha.

Dotada de extraordinária capacidade de liderança empresarial e fidalguia de espírito própria da sua origem, aliadas a uma incrível força de vontade, Esther realizou importantes estudos em todos os graus, arregimentando invejável bagagem de conhecimentos.

Em 1964, com o acirramento da crise econômica no Brasil, Esther assume um posto dentro da Fábrica, alcançando sucesso já no primeiro empreendimento dentro da área de promoção de vendas.

Anos mais tarde, já na diretoria-adjunta da Fábrica, dedicou-se inteiramente à solução de problemas que ainda afetavam a produção dos Planos Essenfelder, imprimindo no trabalho marcas próprias do seu caráter: seriedade, dedicação e determinação.

Quando assumiu a Diretoria Executiva, há mais de vinte anos, encontrou a empresa numa situação financeira difícil. Sua for-

ça de vontade e extrema competência revitalizaram a Fábrica.

Esther adquiriu muito respeito no meio social, empresarial, político e cultural paranaenses, materializado nas inúmeras homenagens que recebeu ao longo dos anos.

Jornalista, é correspondente de diversos órgãos de comunicação e sócia efetiva da Ordem dos Jornalistas (RJ). É autora de "A História dos Planos Essenfelder" e "Porque me tornei empresária", livro de memórias que permite o conhecimento dos esforços e sacrifícios da família Essenfelder.

Os Essenfelder - que tanto contribuíram com o nosso Paraná, gerando inúmeros empregos diretos e indiretos, promovendo e incentivando a cultura, as causas assistenciais e educacionais, deram demonstrações largas de amor à terra que os acolheu. Nos anos 30, por exemplo, F. Essenfelder & Cia. Ltda, doou magnífico piano de cauda, entalhado à mão, para Fundo de Resgate da Dívida Externa do Estado.

As mãos de Esther Essenfelder escreveram muitas páginas da história dessa Fábrica, que é motivo de orgulho para o nosso Paraná.

Homenageá-la com o título que ora se propõe, é abraçá-la fraternamente, como diletta filha do Paraná, pelo grande exemplo de trabalho e vida que oferece às novas gerações.

É motivo de orgulho para este Parlamento poder prestar essa distinção - com todos os méritos - a essa ilustre paranaense.

São as nossas razões para o projeto.

PROJETO DE LEI Nº 176/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Conceda-se à viúva Sra. Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e Filhos do ex-Policial Antonio Carlos Pinheiro, a pensão especial assegurada pelo Artigo 184, da Lei Complementar nº 14/82, a partir desta data.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) JOSÉ TAVARES

**JUSTIFICATIVA:**

O benefício que se pretende conceder através desta Proposição, além de ser justa e moral - pois é verdade, não devolverá à família o seu esposo e pai que morreu tentando preservar a comunidade da atuação de criminosos - é também legal, como pode-se despreender da Legislação adiante citada.

O Artigo 19, das Disposições Transitórias, da Carta Magna Federal, diz: "Os

Servidores Públicos Civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da Administração Direta, Autárquica e das Fundações Públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenha sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

Em seu Artigo 233, a Constituição do Estado do Paraná, preceitua: "Os Servidores Públicos Civis estáveis, da Administração Direta, Autárquica e das Fundações Públicas e Estaduais, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, a partir da promulgação desta Constituição".

O Servidor Antonio Carlos Pinheiro, foi admitido pela Resolução nº 727, de 16.05.78, conforme Certidão anexa, contando, portanto, na data de seu falecimento com 12 (doze) anos, 4 (quatro) meses e 3 (três) dias de serviço, bem mais do que os 5 (cinco) anos exigidos pelo Artigo 19, acima citado, estando também amparado pelo Artigo 233, da Constituição Estadual que dispõe que o mesmo já estava sendo regido pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado - por analogia Estatuto da Polícia Civil - desde a data da promulgação da Constituição, ou seja, 05 de outubro de 1989.

Esperamos contar com o apoio dos Nobres Colegas no sentido de aprovarmos a presente iniciativa, pois assim estaremos demonstrando ao povo paranaense que seus representantes estão observando o juramento que fizeram de cumprir as leis, pois o Artigo 12, I, da nossa Constituição afirma que "é competência do Estado, em comum com a União e os Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das instituições democráticas...".

Por outro lado, a mesma Carta Magna do Estado, em seu Artigo 34, dispõe que "São direitos dos Servidores Públicos, entre outros: XIV - redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;" e, no item XIX, do mesmo Artigo, assegura "assistência e previdência sociais extensivas aos dependentes e ao cônjuge;".

Diante do exposto, reitero o apoio aos nobres Pares e espero podermos contar com a sanção do Excelentíssimo Senhor Governador para, através de Antonio Carlos Pinheiro, prestarmos uma homenagem a todos os policiais e suas famílias, a fim de deixarmos claro que as Autoridades deste Estado reconhecem a grandeza de sua dedicação e de seu trabalho em prol de todos que habitam esta querida Terra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ... Expedientes.

Horário das Lideranças.

PSDB (Declina)

PTB. Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Só para anunciar que estamos dando entrada num requerimento de Pedido de Informações com relação à Usina de Salto Caxias.

Vou ler o requerimento para que o Plenário tome conhecimento do seu teor.

(Lê).

#### REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer manifestação do Plenário, para aprovação do seguinte Pedido de Informações à COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, assim enumerado:

1º - Qual o preço fixado na abertura da concorrência do Consórcio vencedor para o Projeto de Salto Caxias?

2º - Qual o preço e condições de pagamento fixados em contrato com o Consórcio INTERTECHNE, vencedor da concorrência de Salto Caxias?

3º - Quanto já foi pago, pelos trabalhos executados pelo contrato com o Consórcio INTERTECHNE? Qual a percentagem que isto representa (em dólar) do Contrato total?

4º - Em caso de ter havido acréscimo (em dólar) na execução do contrato, dar as justificativas desta diferença entre o preço do contrato e o realmente pago a contratada.

5º - É possível, depois da execução parcial do contrato, estimar o custo final (aproximadamente) desta obra relativamente e exclusivamente ao Projeto de Usina de Caxias?

6º - Esclarecer os custos quanto ao RIMA e os relativos ao Projeto de Engenharia propriamente ditos.

Sala das Sessões, em 17.05.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

#### JUSTIFICATIVA:

O ex-Presidente da COPEL, Engenheiro Francisco Gomide, em resposta ao ex-Governador Roberto Requião, em 13 de janeiro de 1994, cópia anexa, assim informou: "Mas ao contrário do que pensa o Governador - a proposta do vencedor da concorrência de Salto Caxias não é fechada em dólares, pois o dólar norte-americano ainda não é a moeda nacional.

Assim o preço de US\$ 13,0 milhões mencionados na propaganda do Governador já virou cerca de US\$ 17,0 milhões. E o contrato é o mesmo. E foi assinado há pouco mais de um ano."

Diante desta revelação, interessa a esta Casa e ao povo paranaense saber a realidade do custo da Usina de Salto Caxias e isto só a COPEL, pode informar, pois ela é

que vem pagando o contrato pela Execução do Projeto.

Justifica-se pois, plenamente o Pedido de Informação.

Curitiba, quinta-feira, 13 de janeiro de 1994

# A corporação da Copel, os custos de projetos hidrelétricos e o governador Requião

Francisco Luiz Gomide

**UMA EXPLICAÇÃO INDESEJÁVEL.** Li, com surpresa, na véspera do Natal de 1993, que o governador Requião estava "encantado" com a diferença de custos entre o projeto da Usina Hidrelétrica de Segredo e o projeto da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Por isso, apressei-me em procurá-lo para quaisquer explicações necessárias.

Sua gentil e competente secretária é testemunha da minha série de insistentes telefonemas, para falar com o governador. Impossível. Então, deixei recado sobre minha preocupação ética em divergir publicamente de suas declarações.

Mais surpresa ainda fiquei ao assistir, pela televisão, ao comunicado governamental, ao horário de propaganda, em que a mesma diferença de custos - US\$ 45,9 milhões versus US\$ 13,0 milhões - era novamente apresentada como "escandalosa". Como o governador não se cansa de nos surpreender, logo a seguir dava entrevista no programa "Bom Dia, Paraná", da TV Paranaense, atacando a "corporação da Copel" e declarando que a diferença de custos era ainda maior que a veiculada na propaganda.

Conselei, então, a perceber por que minhas explicações não eram bem-vindas. Elas poderiam tirar a oportunidade do autopromoção, tão importante em uma eleição, mesmo as custas do seu próprio partido político. E autopromoção também não é fácil, pois afinal o público aceita bem as críticas a empresas estatais, como a Copel.

**O QUE É A ESTATAL COPEL?** Ocorre que a Copel não é uma estatal qualquer. Trata-se de uma empresa que há 40 anos vem contribuindo decisivamente para o progresso do Paraná, sempre apoiada pela excelente série de homens públicos que vinham governando o estado.

Pessoalmente, tive a honra de, como empregado, participar de sua Diretoria por mais de 10 anos, tendo sido seu presidente por mais de 7 anos. Quando involuntariamente me afastei da presidência, com satisfação constatei que a Copel era considerada a concessionária de energia elétrica mais eficiente do país: baixo endividamento, baixos créditos financeiros junto à União, uma importante usina recém-lançada (concluída durante o período da mais severa contenção tarifária da história do setor elétrico brasileiro) e um excelente quadro de empregados, enxuto, competente, sério e dedicado - a chamada "corporação da Copel", esta, sim, a verdadeira responsável pelo sucesso da empresa. É que o presidente de empresas desse porte não pode sozinho determinar-lhes o sucesso. Tragicamente, posso, também, constatar-las ao fracasso. O mesmo aconteceu com o governo do então.

**MOMENTO DE DIVERGIR**  
Mas só no dia 6 de janeiro de 1994 me

considerei liberado do impedimento ético de divergir publicamente do governador Requião. Em artigo publicado em vários jornais, o governador declara, citando meu nome, que teria sido aconselhado pela Direção da Copel a contratar o projeto da Usina de Caxias, com empresa de notória especialização, "sem licitação".

De fato, foi prática no setor elétrico escolher projetistas de notória capacidade para desenvolverem o planejamento dessas obras, o que estabelecia uma forte relação de confiança entre empresas responsáveis e projetistas. Isso porque, como bem sabem todos os engenheiros, um bom projeto é a peça indispensável para garantir o sucesso do empreendimento. E o próprio Decreto Estadual nº 700, assinado pelo governador Requião, admite essa disposição de licitação nos artigos 15 (inciso I) e 30 (inciso II).

**AS ALTERNATIVAS AGORA NÃO LEMBRADAS**

A verdade, no entanto, é que eu não daria tal conselho em relação ao projeto da Usina de Caxias. Afinal, me considero um colaborador leal, franco, e perfeitamente capaz de avaliar, com competência, o ambiente social e político que estamos vivendo. Se o governador se der ao trabalho de consultar a pauta que lhe entreguel, para disciplinar nosso despacho do dia 17 de fevereiro de 1992, verá, no seu item 3, intitulado "Edital de Licitação do Projeto de Caxias", que ali aparecem quatro alternativas, com os respectivos comentários entre parênteses: "I) considero a licitação inexistente ('politicamente inviável'); II) licitação de melhor técnica (praticada pelo Ramon Mundial, mas pode ensejar críticas: subjetividade etc.); III) licitação do menor preço (a pior: incoerente irresponsabilidade na compra, 'para acertar depois'; o contrato é de sete meses); IV) licitação da técnica e preço (parece a recomendável; infelizmente, há infinitas maneiras de ponderar os dois aspectos)".

**ALGUNS ABSURDOS**

Mas não é essa a afronta mais grave do artigo. Já transformando dúvidas em certezas, rotula o projeto da Usina de Segredo como "lesão clara ao patrimônio público" e determina que a "Diretoria de Finanças da Copel levante, dólar por dólar (sic), os custos da Usina de Segredo". Surge então um terceiro - e absurdo - número, aparentemente levado por alguém pouco familiarizado com as quatro operações.

O notável em tudo isto imbróglio é a inacreditável presunção - sem os indispensáveis cuidados metodológicos - de compenhar o custo, já contabilmente apropriado, do projeto da Usina de Segredo (que já está gerando energia há mais de 15 meses) com o custo - apenas estimado - de outro projeto, o de Caxias, na realidade, um custo que só estará conhecido, se não errar bem, no próximo século! O número que a

chamada corporação da Copel merece é que o custo do projeto de Segredo seja comparado com os custos de outros projetos brasileiros de usinas contemporâneas. Sugiro uma consulta à Eletrobrás, importante acionista da Copel e principal financiadora da Usina de Segredo. Ou ainda ao Ramon Interamericano de Desenvolvimento, autor do recente relatório elaborado ao desempenho da Copel pela construção de Segredo, o que está disposto a financiar as obras do desvio do Rio Jordão, em caráter excepcional, dando mais uma demonstração de confiança - como importante entidade multinacional de crédito, que é - na chamada "corporação da Copel".

**FATOS SOBRE OS PROJETOS DE SEGREDO E DE CAXIAS**

A verdade é que o projeto de Segredo se desenvolveu ao longo de 14 anos e consumiu, numa primeira etapa, cerca de 300 mil horas de trabalho e, na segunda, sob minha responsabilidade, cerca de 1,1 milhão de horas de trabalho. O que significam 1,1 milhão de horas de trabalho em 7 anos de duração da segunda etapa? Significam uma equipe de 79 técnicos altamente especializados, trabalhando cada um a jornada normal de 8 horas por dia útil, em cada ano.

Há várias razões para que o projeto se tenha prolongado por tanto tempo. No início, a concessão para realizar o empreendimento era da Eletrobrás, e essa responsabilidade só foi transferida para a Copel graças à decisiva ação política do então governador Ney Braga; depois, veio a extraordinária enchente de 1983, que obrigou a alterações fundamentais no esquema de desvio do rio, no "lay-out" da obra e na capacidade do vertedouro; depois, veio a nova e avançada legislação ambiental, que obrigou Segredo a ser a primeira obra hidrelétrica do país a produzir estudo o relatório de impacto ambiental; depois, vieram as sucessivas alterações de estratégia de construção, sob uma avalanche de ações judiciais dos inconformados com a determinação da Copel de construir Segredo pelo menor custo.

Na verdade, a Copel foi mais prudente e cautelosa no planejamento, para poder ser eficaz e fulminante na execução. Infelizmente, outras entidades e até alguns governantes são fulminantes na decisão e lentos na execução, o que é desastro de vezes mais caro para os cofres públicos.

De qualquer maneira, é importante ressaltar que nada disso é desconhecido do governador Requião. Ele sabe perfeitamente que o mérito da bem-sucedida licitação da Usina de Caxias é integralmente da "corporação da Copel". Foi ela que conduziu o projeto e a execução da Usina de Segredo. E foi ela que concebeu e realizou a licitação do projeto de Caxias. Sabe o governador como foi estabelecido o preço teto de

concorrência: estimamos um máximo de 1 milhão de horas de trabalho, já que não seria razoável supor que se repetiriam as enormes dificuldades que o projeto de Segredo enfrentou, e um máximo de 30 dólares por hora, incluindo encargos sociais, despesas indiretas, lucro etc. A vencedora deu um desconto de cerca de 38% no número de horas de trabalho estimado como máximo, e deu um desconto de cerca de 30% no preço horário máximo. Também tinhamos previsto o governador que não ficaríamos surpresos com descontos substanciais, já que esperávamos que os principais projetistas do país tivessem completado o processo de informatização de suas atividades, o que, aliado a esquemas de terceirização, daria importantes diminuições de custos.

**ILUSÃO DE UM PREÇO E REDUÇÃO PROVÁVEL PELA CONCORRÊNCIA**

Mas - ao contrário do que pensa o governador - a proposta do vencedor da concorrência do projeto de Salto Caxias não é fechada em dólares, pois que o dólar norte-americano flutua? Não é a moeda nacional Assim, o preço de US\$ 13,0 milhões mencionado na propaganda do governador já virou cerca de US\$ 17,0 milhões! E o contrato é o mesmo! E foi assinado há pouco mais de um ano!!!

Enfim, todos sempre souberam que o projeto de Caxias tenderia a ser bem mais barato que o de Segredo, ou os preços pagados para baixo graças à informalidade, à terceirização, à concorrência e, cetera, à ausência de grandes dificuldades - como as do Segredo - nos próximos 6 anos. Penso ter bons argumentos para estimar em 20% a redução de custos imputável unicamente à concorrência. Evidentemente, é inadmissível atribuir toda a redução de custos apenas à concorrência, como finge acreditar o governador.

**A QUE LEVARÁ O "DENÚNCISMO"? SEM FUNDAMENTO?**

Ironicamente, um resultado tão brilhante como o da concorrência do projeto de Caxias - mérito exclusivo da corporação da Copel, insisto novamente - foi objeto de uma ação popular por suposta de superfaturamento. Este ambiente de "denuncismo", com acusações as mais absurdas, de todas as direções e sentidos, com as mais variadas motivações, é bem sinal das intenções. A continuar assim, não mais se encontrarão homens e mulheres de bom e competente, que se dispõem a assumir cargos de direção ou mesmo de carreira, nas estatais. Substituir, então, os melhores por oportunistas, carreiristas incompetentes, atuando sistematicamente no sentido contrário do desenvolvimento.

Francisco Luiz Gomide, engenheiro civil e licenciado em Ciências Econômicas, ex-presidente da Copel.

Senhor Presidente, desde o começo do ano, os Senhores Deputados são testemunha, de que há um contraditório ou um conflito de satisfações à opinião pública com relação ao custo do projeto da Usina de Salto Caxias.

Requião fez propaganda na televisão acusando os responsáveis na época do outro governo de terem superfaturado o projeto de Salto Caxias. Depois, o Francisco Gomide, à época presidente da COPEL, veio se justificar dizendo que não era bem assim. Disse, inclusive, que o preço do contrato firmado já tinha extrapolado aqueles valores de treze para dezessete milhões de dólares.

E até hoje nenhuma resposta oficial foi dada à opinião pública paranaense.

Estamos requerendo para que a COPEL nos informe a respeito.

Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças consulto o PFL.

(Declina).

Partido Progressista.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Como funcionário público da administração pública municipal de Curitiba, comecei a pensar outro dia e elaborar um paralelo no que diz respeito aos servidores públicos do Estado, e os do Município, em relação a essas administrações nos últimos anos. Peguei alguns pontos para observar, tanto na administração pública do Estado como na do Município de Curitiba, tem demonstrado na prática um violento achatamento salarial. Na administração passada no Município foi de 300%, e na atual já de 155% em relação ao IPC do IBGE.

Quando entramos na questão da data base - o Estado tinha data base em 1º de junho que o Governador nunca aceitou - a Câmara Municipal de Curitiba aprovou uma lei estabelecendo a data base em 1º de maio, e o ex-Prefeito vetou tal lei. Portanto, nenhum dos dois servidores apresentam data base.

No que diz respeito a política salarial, durante todo o período de administração Roberto Requião o servidor público do Estado não teve chance e oportunidade de negociar em nenhum momento, ou de conhecimento a uma política salarial. A administração pública de Curitiba, tanto a anterior como a atual, não negocia e jamais apresentou uma proposta de política salarial.

Enquanto o Governador Roberto Requião

cortou ponto de todos aqueles que paralisaram os serviços, ou fizeram qualquer movimento reivindicativo, a administração do Município de Curitiba não foi diferente, neste período tem se pautado em cortar pontos e perseguir dirigentes sindicais, inclusive a atual administração fez como Requião fez suspendendo desconto da folha de pagamento dos sindicatos, da contribuição sindical, tendo que ser ganha na justiça para ser mantido esse desconto.

No que diz respeito a questão salarial em si, divulga-se pela imprensa que os salários são altíssimos; a mesma coisa que faz Roberto Requião. O ex-Governador divulgava que os salários era duas, ou três vezes o que realmente percebiam aqueles servidores.

E agora com a greve da guarda municipal de Curitiba o atual Prefeito Rafael Greca faz a mesma coisa, dizendo que os servidores recebem alto salário. Trouxe aqui o xerox de contracheque de agente de segurança, cujo o salário é 88 URVs, e que com horas-extras, salário família e com gratificações e tudo mais acaba recebendo 143 mil cruzeiros nesse mês passado. Um guarda municipal de classe-3 tem o valor de 128 URVs como salário, e após receber salário família, gratificação e outros dados mais acaba recebendo livre 117 mil cruzeiros. Esses são os salários desses servidores.

Para se ter uma idéia o salário base do magistério público do Município é de 133,71 URVs, e o nível superior, de nível 24-A, 196 URVs. É este o salário do magistério na Prefeitura de Curitiba.

Outro dia, acompanhando de perto o movimento da guarda-municipal, um dos guardas subiu no caminhão e disse que ele prestava serviço na chácara particular do Prefeito e citou o nome de quem trabalha na chácara, Renato Luiz Favorito, Almir da Silva e outros soldados identificados como a Senhora Mina e o soldado De Assis, significa praticamente a mesma prática que Requião fazia e que desta tribuna Rafael Greca condenava.

Agora, com a greve dos guarda municipais o Prefeito fez igualzinho Roberto Requião: pediu para passar às três da tarde, que ele receberia, chegou às 16:00 horas dizendo que não receberia ninguém e mandou para negociar Lineu Tomaz e Edson Feltrin, é a mesma coisa que Roberto Requião mandou Doático Santos ir negociar com servidor público, porque quem é Lineu Tomaz e Edson Feltrin dentro da Prefeitura de Curitiba, a não ser aqueles que na administração anterior estavam com Roberto Requião na Prefeitura e hoje com Rafael Greca, porque significa que alguma benesse tiveram senão não estavam deste lado ou não tinham mudado de lado.

Portanto, nada representam como capacidade de negociação e hoje já há 5 dias de movimento grevista desses guardas a Prefeitura continua não oferecendo nenhuma proposta concreta e por escrito a esses trabalhadores, agindo como Roberto Requião sempre agiu e Rafael Greca condenava desta tribuna.

Queremos que a administração pública de Curitiba tenha um caráter democrático e que tudo aquilo que o ex-Deputado aqui assumia e defendia, que coloque na prática, na administração da Cidade de Curitiba, porque senão vai demonstrar que democracia só vale "enquanto eu sou oposição e quando chego ao governo, a democracia já era, para mim era discurso vazio".

É nesse sentido que nós, da Bancada do PT, cobramos a administração de Curitiba a coerência que cobrava de Requião entre discurso e prática; que ele não seja diferente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o PDT.

(Declina).

PMDB.

Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Julguei sempre meu dever como homem de partido, como democrata, como amante da liberdade, como homem que sempre procurou defender a autodeterminação dos povos e a política de direitos humanos em todo o nosso universo e não poderia - em que pese não ser um assunto diretamente de interesse do nosso País e muito menos do nosso Estado, mas sem dúvida alguma é um assunto que interessa a toda humanidade e por isso mesmo não tendo esta Casa em nenhum momento se pronunciado a respeito - julguei ser um dever de consciência registrar aqui algumas palavras a respeito deste importante acontecimento que o mundo inteiro presenciou, vivenciou nos últimos dias, que foi a eleição na África do Sul.

Não é possível que uma pessoa, por mais indiferente que ela seja à vida, ao drama, às dificuldades, de todo um povo que ela não se sensibilize com a história, sobretudo, da raça negra, da África do Sul.

Algumas informações são mais do que suficientes para que nós todos, homens, mulheres, paranaenses e brasileiros façamos uma reflexão a respeito do real significado e da maior importância dos acontecimentos havidos na África do Sul com a eleição de Nelson Mandela.

Repito, não é um assunto que nos diga respeito diretamente. A Assembléia Legislativa do Estado deve se cingir na maioria

das vezes a discutir e refletir sobre questões que interessam diretamente ao povo do seu Estado; assim como, na maioria das vezes, o Congresso Nacional a respeito do seu País.

Mas dada a importância, a relevância desta questão e sabendo eu que não há uma única pessoa neste País que não tenha se sensibilizado com tudo o que aconteceu na África do Sul nesses últimos anos, acho que esta Casa deveria, não só apenas, através de um Parlamentar, usando o horário de liderança de um partido, esta Casa deveria fazer uma sessão especial em homenagem ao povo daquele País, sobretudo à maioria daquele País constituída de negros.

Nelson Mandela ficou durante vinte e sete anos preso porque, num determinado momento, ousou colocar-se contra o regime do "apartheid", contra a opressão da minoria branca, contra as injustiças que aquele regime praticava contra a maioria negra. Ficou segregado vinte e sete anos, com certeza mais do que a metade das nossas idades de muitos dos nossos colegas Deputados, para não dizer muito mais do que a idade dos nossos filhos; toda uma vida recluso a uma prisão porque, teve coragem, Deputado Durval Amaral, num determinado momento quando era jovem, como jovens somos nós, de não aceitar aquele regime cruel, ditatorial, sanguinário da maioria branca. E amargou vinte e sete anos de prisão com os seus direitos políticos, direitos pessoais cassados, suspensos e como toda uma sorte de dificuldades curtiu vinte e sete anos de cadeia.

E como toda a história da humanidade se escreve de momentos tristes e momentos alegres, a África do Sul viveu nesses dias, depois de trezentos anos de dominação branca, o seu grande momento, quem sabe, o maior momento da sua história.

Lá os negros não votavam, lá os negros não tinham o direito de determinados tipos de trabalho, lá os negros eram tratados de forma muito pior do que, muitas vezes, se tratam os animais e se constituíam na maioria esmagadora da população.

Por isso, Senhor Presidente, como membro do PMDB, um partido que tem história na luta pela democracia, e contra a opressão, eu que já vivi aqui neste Plenário momentos contra a ditadura militar deste País, não poderia me calar, ficar indiferente, silenciar-me, mesmo que distante dos nossos irmãos da África do Sul, num momento de regozijo, de liberdade de um povo, numa hora em que Nelson Mandela, depois de ter vivido todo esse drama junto à maioria negra daquele país, assume democraticamente o cargo de Presidente daquele País.

Conversava ontem com o Presidente do

TRE, Desembargador Oto Sponholz, que foi nosso representante naquelas eleições, ele me dizia que ficou extremamente emocionado ao ver homens e mulheres com mais de setenta anos de idade, pessoas muitas vezes inválidas, querendo, fazendo questão absoluta, Deputado Orlando Pessuti, de colocar o seu voto nas urnas, porque era para aquelas pessoas o maior momento de cidadania que aquela sociedade já viveu nos últimos 300 anos.

Concedo aparte ao Deputado Antônio Costenaro.

**Sr. Antônio Costenaro** - Ilustre Deputado Tavares, quero lhe saudar por este registro histórico para todo o mundo. Realmente o mundo vem se livrando das garras, seja das diferentes religiões que criaram divergências muito grande em todo o mundo, as guerras raciais, e essa do Mandela tem sido um exemplo para todos nós, depois de 27 anos, praticamente 30 anos de prisão, vem manter um líder vivo e os sonhos de uma população.

Mas aproveito esse momento para registrar nos Anais dessa Casa um voto de congratulação a V.Exa. que esteve em Jandaia do Sul falando praticamente uma hora na Casa do Rotary Clube, onde estavam ali presentes 54 municípios, e V.Exa. fez uma palestra sobre tóxico que é a diferença que temos muito grande no mundo de hoje, quando vemos trazer uma prisão que não é racial, não é religiosa, mas é um delírio de grande parte da juventude, e V.Exa. foi lá em Jandaia dar o exemplo do homem público que é, como ex-Delegado, como ex-Parlamentar Federal, como Parlamentar Estadual, como conhecedor do problema do tóxico. V.Exa. saiu aplaudido pela população de Jandaia, e com saudades da volta para levar informações dessa natureza à população.

Parabenizo V.Exa.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ TAVARES - Deputado Costenaro, Quero inserir o aparte de V.Exa. nesse nosso breve pronunciamento no Horário da Liderança do PMDB, com relação a questão da África do Sul.

Sem dúvida alguma é uma grande contribuição que V.Exa. traz, ao externar, aqui, este seu oportuno pensamento a respeito dessa questão que é exatamente a forma como pensamos.

E com relação a nossa passagem por Jandaia, V.Exa. foi muito feliz em ter lembrado. Realmente é importante que esta Casa saiba que Jandaia do Sul sediou nesse final de semana um Encontro. E esse Encontro em Jandaia do Sul reuniu 54 representantes de 54 municípios, inclusive se fazia presente naquele encontro o Desembar-

gador Nena Barreto do Rio de Janeiro que é autor da Lei Anti-tóxico, e o Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, que é o londrinense Êder Soares Vargas.

Foi realmente um grande encontro com a presença de mais de 250 pessoas, na sua maioria professores da rede estadual e municipal de ensino.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, gostaria de sugerir a V.Exa. na condição de Presidente, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Embaixador da África do Sul no Brasil, um voto de aplauso desta Assembléia, e de regozijo pela eleição que se transcorreu naquele país, particularmente pela vitória e pela posse do líder negro Nelson Mandela à frente dos destinos daquele importante País e que nós, aqui do Paraná, da Assembléia Legislativa do Paraná, não só aplaudimos o que tudo lá houve, mas que fazemos votos e que torcemos para que este novo regime na África do Sul se consolide, se perpetue e possa produzir os efeitos que a humanidade dele sempre esperou.

Portanto, é com este espírito que acho que esta Casa deve se posicionar em acontecimentos desta natureza. Não é assunto que diga respeito ao nosso Estado, mas é um assunto que diz respeito a qualquer pessoa como nós, que acreditamos na liberdade, na democracia e no respeito absoluto aos direitos da cidadania, sejam as pessoas brasileiras ou estrangeiras e o que houve na África do Sul, foi exatamente isso e por isso mesmo, o mínimo que temos que fazer, é dizer àquele povo, através da Embaixada do Brasil, que o Paraná, através dos seus representantes, ficou extremamente feliz com o que aconteceu naquele País.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, com a palavra, o PL.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Garcia, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para ocupar as vagas de Suplentes existentes nas Comissões de Orçamento e de Redação. À Diretoria Legislativa, para anotar.



Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Tavares, na qualidade de vice-Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial que tratará de assuntos referentes ao Juizado de Pequenas Causas Criminais. À Diretoria Legislativa para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para compor as Comissões Permanentes deste Poder. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há mais de uma semana, a Bancada do PT entrou com um requerimento por escrito, a Vossa Excelência, a respeito das Comissões desta Casa e a interpretação do Regimento Interno.

Gostaríamos de tomar conhecimento sobre qual foi a decisão da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa irá proferir, nos próximos dias, uma resposta a essa questão de ordem formulada por Vossa Excelência.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

# ITEM 01

2.ª VOTAÇÃO - do Projeto de Lei nº 056/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 11/94, que altera o art. 2º, da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, para modificar a redação de seu § 2º e acrescentar-lhe um novo § 3º. **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J.. **EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER CONTRÁRIO** da C.C.J..

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS Nºs 01 e 02 APRESENTADAS EM PLÊNARIO

### PARECER:

As Emendas Substitutivas nºs 01 e 02, apresentadas ao Projeto de Lei nº 056/94, têm por finalidade vedar a prorrogação dos contratos por tempo determinado.

Da análise das referidas emendas, constatamos que ambas são contrárias à Lei, posto que consideramos:

I - A emenda Constitucional nº 02, dispõe que o prazo máximo do Contrato determinado é de 02 anos.

II - Recorrendo à Constituição Federal, art. 37, inciso IX, que adita:

"A lei estabelecerá os casos de contrato por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público".

III - Considerando que, em se tratando de contrato por tempo determinado, no serviço público, o mesmo passa a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, pois figura nesse tipo de contrato - de um lado o empregado - e não servidor público e de outro - o empregador - Estado.

IV - Considerando que a CLT permite a prorrogação desses contratos em seu art. 451.

Não podemos encontrar guarida na lei à pretensão das referidas Emendas.

Dessa forma opinamos contrariamente. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Apoio: Nelson Garcia, Carlos Simões, João Iensen, Costenaro Neto, Dalton Machuca - Voto Contrário, José Arthur Ritti, Ernani Pudell - Voto Contrário, Emilia Belinati - Voto Contrário.

**Em discussão o projeto, ressalvadas as Emendas.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou pedindo para encaminhar a votação deste Projeto, porque, coincidentemente é uma matéria que foi por nós provocada quando eu era Secretário da Justiça. E porquê a provoqui?

Porque quando assumi a Secretaria, deparei-me com vários problemas, várias pendências no sistema penitenciário do Estado



e uma dessas pendências dizia respeito ao exame criminológico que é feito a pedido de cada pessoa que está recolhida nas nossas unidades. Quando ela tem direito de ver a sua pena, o seu regime de pena progredido.

O Juiz não julga pedido nenhum de progressão de pena, sem que haja a observância de alguns requisitos que a Lei de Execução Penal elenca.

E um desses requisitos é o laudo de exame criminológico. E este exame é feito por três técnicos do sistema penitenciário: sendo um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.

E no sistema não havia psiquiatras em quantidade suficiente para dar vazão ao grande volume de pedidos de exames criminológicos.

Por isso a revolta, a insatisfação, a insubordinação, a indisciplina e, muitas vezes, as rebeliões nas nossas penitenciárias.

E, de cara, eu tive que suprir essa falta de técnicos no sistema.

E o caminho, de acordo com a lei, é o concurso público.

A não ser que em casos excepcionais, levando-se em consideração o alto interesse público e a Constituição prevê, o Governo pode - em caráter excepcional - contratar através de teste seletivo, por tempo determinado, servidores para atender essas carências e essas necessidades.

E assim nós fizemos. O Governo convocou com base na Constituição um concurso e preenchemos a necessidade que havia de psiquiatras do sistema e, conseqüentemente, esta carência de técnicos para suprir o excesso de pedidos de exames criminológicos foi resolvido.

Só que com base na legislação de então, este contrato, através de teste seletivo teve a duração de um ano.

O vencimento desse contrato daria ou correria no dia 31 de março deste ano, Deputado Colombino, e eu deixaria a Secretaria exatamente nesse dia.

Eu tinha duas alternativas. Uma era deixar o abacaxi para o meu sucessor e voltar para cá e não me preocupar com o problema.

A outra alternativa era fazer o que fiz: deixar o problema resolvido. E o que procuramos fazer? Procuramos interpretar a emenda constitucional que esta Casa aprovou dando a ela o entendimento de que ela é auto-aplicável e, por ato de resolução que é privativo de Secretário de Estado, prorrogamos por mais um ano a vigência desse contrato, tendo em vista o alto interesse público a que me referi.

Porque a Constituição do Estado do Paraná, através da emenda nº 2, que Vossas Excelências promulgaram, dá esse entendi-

mento no art. 27.

Acontece que não foi esse o entendimento, em seguida, da Procuradoria Geral do Estado. E, por isso, o Governador teve que encaminhar a esta Casa um Projeto de Lei alterando a Lei que vigia, que era portanto, contraditória em relação à emenda.

Mas para nós continuo tendo esse entendimento, a emenda é auto-aplicável, não havia necessidade de alteração de lei nenhuma, porque a Constituição é superior à lei, é posterior à lei, revogando, portanto, qualquer dispositivo que conflitar com ela, mas o Governo, através da Procuradoria, teve outro entendimento e nós respeitamos.

Por isso que entendo que, aqui neste momento, se aprovarmos a mensagem do Governo como ele a encaminhou, estaremos adotando aqui o famoso princípio latino do "quod abundat nom nocet": "o que abunda não prejudica". Apenas estamos consolidando um entendimento jurídico.

Por isso que fiz questão de encaminhar esta matéria porque, na realidade, ela acabou sendo provocada por uma iniciativa nossa quando éramos Secretário da Justiça e da Cidadania.

Por esta razão, gostaria de fazer um apelo à Casa para que vote a mensagem do jeito que ela veio e, conseqüentemente, que rejeitemos as duas emendas a ela apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaríamos, com muito prazer, de anunciar a presença neste Plenário do Dr. Haroldo Ferreira, Presidente Estadual do Partido Socialista Brasileiro, ex-Deputado desta Casa; do companheiro Moacir Ferraz, Presidente do Partido Popular Socialista; do companheiro Expedito Rocha, Presidente do PCB e do Dr. Zequinha, Presidente do Partido Comunista do Brasil.

Os companheiros estão neste Plenário e, ao mesmo tempo, anunciamos que, em seguida, teremos uma reunião no Plenarinho desta Casa, no sub-solo do Edifício Tancredo Neves, onde esses quatro partidos em conjunto com o Partido dos Trabalhadores estarão formalizando a Frente de Esquerda do Paraná e onde caminharemos junto com a candidatura Jorge Samek e também a Frente Brasil Popular que no Paraná encampará a campanha Lula Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A

Mesa agradece a presença em plenário das autoridades nominadas por V.Exa..

Temos duas emendas a serem apreciadas. Inicialmente a de nº 01, de autoria dos Deputados Ovídio, Rosinha e Ernani:

"Substitua na proposição em epígrafe, §§ 2º e 3º pela seguinte redação:

§ 2º - O contrato improrrogável terá prazo máximo de dois anos, sendo vedada recontração.

§ 3º - Em caso de prevalecer a necessidade de serviço o Estado se obriga a realizar concurso público para o preenchimento efetivo das vagas."

Lembrando que esta emenda teve parecer contrário da C.C.J..

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, encaminho a emenda, porque ela, embora tenha recebido inexplicavelmente, o parecer contrário na C.C.J., sem que o mérito pudesse ser atacado e muito menos quanto ao aspecto legal e constitucional.

A nossa emenda, em verdade, vem aperfeiçoar o projeto e prevê que a contratação temporária de servidores se dará no prazo de dois anos e, em persistindo a necessidade, a exemplo do caso concreto relatado pelo ilustre Deputado que me antecedeu, teremos condições de realizar um concurso público para o preenchimento desta vaga.

Não é possível que o Estado mantenha servidores por até quatro anos no seu quadro de pessoal sem que, nesse período seja possível a realização de um concurso público para a efetivação.

Então, mantemos o espírito do projeto, mas apenas vedando uma recontração por um novo período de dois anos e, se persistir a necessidade do serviço, que se torne obrigatório, então, a realização de concurso público.

Penso que esta emenda satisfaz o interesse da administração pública em agilizar, quando necessário, a contratação de pessoal para atender uma eventual necessidade transitória, e que se persistir então a necessidade de serviço, temos o tempo - dois anos - para a realização do concurso público.

Então, esse é o objetivo da nossa emenda aperfeiçoando o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda com parecer contrário da C.C.J..

Emenda de nº 01. Senhores Deputados que forem favoráveis a aprovação da emenda queiram levantar-se.

Onze (11) Srs. Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte (20) Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Emenda de nº 02, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Também com parecer contrário da C.C.J..

A SRA. EMILIA BELINATI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha emenda visa suprimir do artigo 3º, o § 3º do projeto encaminhado pelo Governador do Estado. Diz o seguinte: "O contrato poderá ser renovado por uma única vez dentro do prazo máximo estipulado pelo parágrafo anterior".

Na verdade o Governo pretende com a inclusão deste parágrafo permitir que o Estado contrate por mais dois anos os servidores públicos contratados temporariamente por dois anos.

Na verdade esse artigo é inconstitucional e nós estamos então pedindo que ele seja retirado através da nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda nº 02 de autoria da Deputada Emilia Belinati, com parecer contrário da C.C.J..

Os Deputados que forem favoráveis a aprovação da emenda queiram levantar-se.

Quatorze (14) Srs. Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove (19) Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez eu gostaria de pela ordem anunciar a presença do Vereador Jorge Samek, nosso candidato da frente esquerda do Paraná presente nesta Sessão; e também do Deputado Federal Paulo Bernardi que se encontra prestigiando essa nossa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se a presença das autoridades nominadas pelo Deputado Ovídio Constantino.

Registramos também a presença do Prefeito de Janiópolis, Adelino Bortolin.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública o Clube das Senhoras do Conjunto Habitacional Monteiro Lobato, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-

nais - APAE, de Planalto. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 143/94, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Clube de Ciência - Astronomia, com sede e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito de V.Exa. que seja permitido o uso do Plenarinho da Assembleia Legislativa por parte dos trabalhadores da Prefeitura que desejam fazer uma reunião.

Se V.Exa. não se sentir em condição de deliberar, que submeta ao Plenário a votação desse espaço para uma reunião desses trabalhadores que se encontram em movimento reivindicatório.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência se encontra em condição de decidir, e conforme estabeleceu com V.Exa., decidirá logo após o término da sessão e logo após esclarecer a forma como foi requerida a utilização deste plenarinho, cuja solicitação até o presente momento não chegou ao Presidente nem ao 1° Secretário, e a que foi encontrada foi elaborada de forma incorreta, inclusive pessoas assinando por quem não devia.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, coloco a necessidade da deliberação nesse momento, porque esses trabalhadores desejam ir até a Câmara de Vereadores em seguida.

Portanto é um espaço do povo que se encontra aberto e se houve erro no encaminhamento deste requerimento eu assumo, e desejando corrigi-lo é que faço este requerimento neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência já ajustou com V.Exa. que logo após o término da sessão iremos deliberar sobre o assunto, Deputado.

## ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 147/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Ensino Técnico Industrial - ABETI, de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/94, de autoria do Deputado Lourenço

Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Emboguaçu e Morro da Cocada do Município de Paranaíba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação das Coordenadoras de Ação Social dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, com sede em Campina Grande do Sul e foro em Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 08

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 296/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre a isenção de pagamento de passagens aos carteiros que em serviços utilizarem o transporte intermunicipal do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 147/92, de 21.10.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 296/92

## PARECER:

O presente projeto de lei, dispõe sobre a isenção do pagamento de passagens aos carteiros que em serviço utilizarem o transporte intermunicipal no Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade, nada encontramos que impeça a normal tramitação do referido Projeto de Lei.

Sendo assim, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 296/92

## PARECER:

O projeto de lei em pauta, dispõe sobre a isenção do pagamento de passagens aos carteiros que em serviço utilizarem o transporte intermunicipal no Estado.

Nada impede a sua tramitação normal nesta Casa.

Somos de parecer favorável e pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Embora bem intencionado o projeto do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins, verificamos que o mesmo, se aprovado, não cumprirá aos objetivos a que se propõe.

Primeiro é importante esclarecer a esta Casa de que as despesas com transporte dos trabalhadores do Correio quando em serviço em viagens intermunicipais é custeado pelo próprio Correio, pela empresa.

Em segundo lugar, sabemos que a sistemática de apuração das tarifas do serviço de transporte leva em conta o custo total do sistema rateado entre os usuários, de consequência qualquer isenção que esta Casa viesse a conceder a qualquer categoria em especial, fatalmente recairia sobre os ombros dos usuários que continuariam a pagar os serviços.

Esta é, embora uma lógica talvez não correta, mas é a lógica do custeio do sistema de transporte coletivo intermunicipal.

Portanto, nós ao invés de beneficiarmos os carteiros, estaríamos na verdade dando isenção a empresa de Correios, uma empresa embora pública, estaríamos transferindo ou desonerando essa empresa sem que esse projeto assegurasse pelo menos que não houvesse um barateamento na tarifa postal, para beneficiar pelo menos a população.

De sorte que o projeto embora bem intencionado, não vai atingir os objetivos a que se propõe, e entendemos que também não irá beneficiar a população e muito menos os carteiros que estiverem em serviço.

Então desta forma, opinamos contrários ao projeto e a Bancada do PT vota contra também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 296/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, pela ordem.  
(Assentimento).

Apenas para registrar a posição da Liderança do Governo.

Em que pese o mérito da matéria, em que pese compreendermos o espírito de justiça do autor do projeto, mas entendemos que é um assunto que foge à nossa competência, entendemos que é um projeto injurídico, porque se trata de interferência em fixação ou isenção de pagamento de passagem intermunicipal.

A empresa é concessionária do serviço público e se abrirmos aqui uma exceção, um precedente, isentando do pagamento de passagens intermunicipais a um segmento só da sociedade, teremos, por questão de coerência, de justiça, estender a qualquer outro

segmento que também reivindicar.

Portanto, a orientação nossa, com as homenagens que o autor merece, é para que este projeto seja rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão.

Rejeitado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares para procedermos à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

15 (quinze) Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

18 (dezoito) Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/93, de autoria do Deputado João Preis, que dispõe sobre a isenção de ICMS/Estadual para compra do carro popular, aos representantes comerciais autônomos, que se encaixam na categoria dos chamados caixeiros viajantes. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEL DA C.F.. (Publ no D.A. nº 88/93, de 30.06.93.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 322/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Preis, o Projeto de Lei nº 322/93, tem por finalidade isentar de ICMS/Estadual para compra do carro popular, aos representantes autônomos, que se encaixam na categoria dos chamados "caixeiros viajantes".

Da análise do referido projeto, o mesmo é inconstitucional face ao que dispõe o art. 155 § 2º, XII "g" da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975 que dispõe:

"Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos tempos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei".

Diante do exposto, opinamos contrariamente.

Sala das Comissões, em 22.03.94.  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 322/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 322/93, de autoria do Deputado João Preis, visa isentar de ICMS/Estadual para compra do carro popular, aos representantes autônomos, que se encaixam na categoria dos chamados "caixeiros viajantes".

A Comissão de Constituição e Justiça ao analisá-lo, emitiu parecer desfavorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, da mesma forma que nos posicionamos com relação ao projeto anterior, queremos também nos posicionar com relação a este Projeto.

Não discutimos o espírito da iniciativa, não discutimos o espírito do autor do projeto.

Achamos, inclusive, que se pudéssemos fazer isso, deveríamos fazer não só a este segmento que contribui com o seu trabalho para o progresso e desenvolvimento deste Estado, mas é um precedente perigoso, além de ser injurídico e inconstitucional.

Por esta razão, recomendamos que o projeto ora em votação seja rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 322/93.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Rejeitado.

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que estabelece normas para concessão de Certidões para Prefeituras. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. E C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 108/93, de 11.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO Nº 395/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo estabelecer normas para concessão de certidões para prefeituras.

Esta Comissão foi chamada a opinar quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo.

Não encontrando óbices, manifestamos-nos favoravelmente à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 395/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade estabelecer normas para concessão de certidões para Prefeituras.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela, neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1210, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1190 e 1191, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1213, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1192 e 1193, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1194, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1199 a 1205 e 1217 a 1219, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1206, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Lourenço Fregonese e Paulo Maia, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SENHOR DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1207, de autoria do

Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoioamento dos Senhores Deputados: Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Paulo Maia, Rossoni, Emilia Belinati e Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1209, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1211, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1212, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1216, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1220, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1221, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1222 a 1224, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1225, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 1229, 1230 e 1232, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1197, de autoria do

Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Esta Presidência solicita às Lideranças que ainda não o fizeram, que o façam, sob pena de esta Presidência ter que designar os membros ou paralisar os trabalhos das Comissões.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Governo do Estado encaminhou a esta Casa, uma Mensagem sob o n° 19/94, que autoriza a BANESTADO Informática, criar e participar do capital social da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

Esta matéria está sob análise das Comissões Técnicas, análise da Comissão de Finanças e do Deputado Lourenço Fregonese, que a preside, juntamente com um dos seus membros, o Deputado Ovídio Constantino, para melhor formarem seus juízos a respeito da matéria, solicitar algumas informações que eles entendem como complementares, para poderem emitir seu parecer.

Estou encaminhando a Vossa Excelência, as informações que buscamos junto ao BANESTADO, para que sejam encaminhadas aos Deputados Fregonese e Ovídio Constantino, para que Suas Excelências, possam, de posse dessas informações, bem oferecer o seu parecer de mérito à proposição a que me referi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Tavares que o projeto constará da Ordem do Dia da Sessão de amanhã, por já ter recebido os competentes pareceres.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 395/93 e 401/93, e do Projeto de Resolução n° 009/94.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 639/93, e dos Projetos de Lei n°s 069, 108, 125, 1242 e 145/94, e do Projeto de Resolução n° 010/94.

Levanta-se a sessão.